

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Thamaris Ribeiro

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCEPÇÕES DE OSC QUE ATUAM COM  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

SÃO PAULO

2015

**THAMARIS RIBEIRO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERCEPÇÕES DE OSC QUE ATUAM COM  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Projeto Apresentado à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como objetivo parcial a obtenção do título de especialista em gestão de projetos sociais do terceiro setor.

Orientadora: Profa. Alice Digam

SÃO PAULO

2015

## RESUMO

Essa dissertação aborda o tema da educação inclusiva e seus desafios para implementação na rede pública de ensino brasileira. Essa realidade será apresentada e discutida a partir da visão de três organizações de sociedade civil – OSC com mais de vinte anos atuando na educação de pessoas com deficiência - PCD. A partir de suas experiências serão apresentados os desafios enfrentados e as conquistas recentes, suas opiniões a respeito da política vigente e como as próprias organizações de sociedade civil podem auxiliar no processo de mudança.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa com OSC por meio de uma entrevista estruturada que aborda a visão dessas OSC em relação à política de educação inclusiva vigente e os desafios e benefícios da implementação dessa política em escolas públicas.

Os resultados e conclusões do estudo demonstram dois importantes pontos de aperfeiçoamento do sistema atual. O primeiro diz respeito à necessidade de aproximação entre as escolas e OSC procurando aproveitar a experiência das OSC no sistema de educação público. Também será destacada a relevância dos legisladores aprimorarem a lei vigente por meio da execução de audiências públicas incentivando a participação ativa de todos os segmentos da sociedade.

**Palavras Chaves:** educação inclusiva, escolas públicas, organização de sociedade civil, pessoas com deficiência.

## **ABSTRACT**

This dissertation will describe the inclusive education and its challenges to be implemented in the public education system, covering three civil society organizations - OSC with more than twenty years working in education for disabled people – PCD. From their experience it will be presented the challenges faced and the recent achievements, their opinions with regards to the current policy and how the OSC can help in the change process.

The methodology which was adopted considered research with OSC using structured interview covering the vision of these OSC with regards to the current education policy their challenges and improvements and their implementation in public schools.

The results and conclusions of the study show two important issues in the current system that can be improved. The first one deals with the necessity of approximating schools and the OSC aiming to make use of the existing OSC's experience in public schools. The second one shows the relevance of the law makers and how they improve the existing law promoting public audiences motivating all sectors of the society to participate in the process.

**Key-words:** inclusive education, public schools, civil society organizations, disabled people.

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OSC – Organização de Sociedade Civil

PCD – Pessoa Com Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CEFAI - Centro de Formação e Acompanhamento a Inclusão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2.1</b>	<b>DEFINIÇÃO DO QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA POLITICA DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2.2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DO TEMA E LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2.3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TEMA .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODO.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>ANALISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>30</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>35</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Garantir o acesso à educação para todos é um direito previsto em nossa constituição desde 1988, esse direito visa atender a todos os cidadãos brasileiros sem distinção de raça, cor, credo, religião ou qualquer outra coisa que os diferencie.

Segundo dados do IBGE (2010) 23,9% da população tem alguma deficiência, ou seja, 45,6 milhões de Brasileiros. Destes 5.091.627 cidadãos entre 05 a 19 anos (idade escolar) 15% não frequenta nenhuma escola ou creche. Inclui-se ainda 39% da população com 15 anos ou mais que tem o ensino fundamental incompleto ou são sem instrução.

Este cenário retrata como a educação inclusiva é um tema importante a ser discutido pela sociedade, pois incluir pessoas com deficiência no ensino comum é dar chance para que todos se desenvolvam na mesma medida e assim tenham as mesmas oportunidades de educação, emprego e desenvolvimento social.

Nesse trabalho é abordado um panorama de como a educação inclusiva evoluiu ao ter uma política pública específica, incluindo o desafio de implementar outras ações conjuntas para que ela saia do papel e seja algo vivenciado em todas as escolas do Brasil, sendo assim a proposta desse trabalho é unir a experiência de organizações que atuam na educação de pessoas com deficiência com a necessidade de conhecimento e acolhimento que as escolas públicas precisam para implementar a educação inclusiva.

Através de uma pesquisa qualitativa investigou-se a percepção de organizações que atuam na educação de pessoas com deficiência e sobre como podem auxiliar para que essa política seja ampliada e executada nas escolas públicas.

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1 Definição do que é a educação inclusiva para a política de educação

De acordo com a política nacional de educação especial na perceptiva da educação inclusiva:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, 2007, p. 5).

Visando assim a inserção, participação e aprendizagem de pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com altas habilidades na educação regular do ensino infantil até o ensino superior, garantindo que tenham igualdades de oportunidades de desenvolvimento, atendimento com professores e demais profissionais especializados, acessibilidade física, de comunicação e informação e participação familiar na educação.

Diferente da educação integrada que visa colocar o aluno dentro de um contexto em que ele deve se adaptar, que padroniza o aprendizado e o modo como ele é feito, sem olhar as diferenças existentes em todas as pessoas, visando manter o método igual para todos.

A proposta da educação inclusiva visa rever o conceito de integração, de acordo com o dicionário Michaelis (versão digital) “integrado é assimilado, adaptado, metido dentro” e de acordo com o mesmo dicionário “inclusivo é que abrange ou compreende, envolve ou implica”, através dessa definição é possível entender a diferença entre educação integrada onde a criança é adaptada a algo que existe e não será modificado e educação inclusiva onde um sistema será abrangente, envolvido e compreendido para que ela faça parte.

Assim como diz Joelson Alves Onofre, no artigo "Educar para uma sociedade inclusiva":

O que caracteriza a educação inclusiva é o fato de que é preciso que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento na escola, isto independente de qualquer característica específica que o educando possua. Sendo detectadas as deficiências, os educandos necessitam do apoio técnico, acessibilidade e contato com recursos pedagógicos que auxiliem no desenvolvimento das atividades de forma que aprendam, cada um a seu tempo, as tarefas que são comuns aos demais alunos da classe. (Site <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/educar-para-uma-sociedade-inclusiva.htm>)

De acordo com Mrech, (2011) a “Educação Inclusiva, implica que não se espera mais que o deficiente se adapte aos alunos normais. O que é visado é que ele atinja o máximo da sua potencialidade junto com os seus colegas "normais" ". Com isto fica garantido o direito à singularidade da sua atuação, não são os deficientes que tem que se adaptar aos normais, mas os normais que tem que aprender a conviver com os deficientes.

O conceito de educação inclusiva engloba todas as crianças independentes de determinadas características, com a educação inclusiva é possível atender necessidades que estão além das deficiências físicas, auditivas, visuais e intelectuais, é pensar em um ensino que atende e respeito a todos.

## **2.2 Breve histórico do tema e legislação**

Na história do Brasil vemos como a política de exclusão ou rejeição das pessoas com algum tipo de deficiência praticada pela maioria dos povos indígenas, os maus-tratos e a violência como fatores determinantes da deficiência nos escravos africanos, e como, desde os primeiros momentos da nossa história, consolidou-se a associação entre deficiência e doença (GARCIA, 2011).

A nossa primeira referência de instituição voltada para pessoas com deficiência dada 29 de julho de 1868 no Rio de Janeiro para acolher os soldados mutilados ou em velhice dos conflitos e guerras internas e chamava-se “Asilo dos Inválidos da Pátria” que também era responsável pela educação dos órfãos e filhos de militares.

A partir do século XX começa a criação de hospitais - escolas, estudos e pesquisas

em relação às deficiências e reabilitações, sendo o Hospital das Clínicas de São Paulo uma das organizações pioneiras nesse processo, porém ainda com uma associação muito grande entre deficiência e doença, visando principalmente o tratamento médico das pessoas com deficiência e não sua inserção social (GARCIA, 2011).

Ao estudar o assunto, os médicos tornavam-se os grandes especialistas nessa seara e passavam a influenciar, por exemplo, a questão educacional das pessoas com deficiência, tendo atuação direta como diretores ou mesmo professores das primeiras instituições brasileiras voltadas para a população em questão (GARCIA, 2011).

Antes da existência das instituições especializadas, as pessoas com deficiência tiveram, em grande medida, sua trajetória de vida definida quase que exclusivamente pelas respectivas famílias (GARCIA, 2011) com surgimento de algumas instituições como o Instituto dos Meninos Cegos (1854) esta obrigação passa a ser do Estado, este por sua vez passou sua responsabilidade para instituições privadas e beneficentes e passou a apoiá-las, mas sem nenhum indício de tornar a questão em política pública. Estas instituições ampliaram sua linha de atuação para além da reabilitação médica, assumindo a educação das pessoas com deficiência (GARCIA, 2011).

Junto com a criação da expressão "Crianças excepcionais", que conforme Garcia (2011 *apud* Figueira, 2008, p. 94) cita são: “ aquelas que se desviavam acentuadamente para cima ou para baixo da norma do seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais” surge instituições especializadas em educação somente para pessoas com deficiência, uma vez que essas crianças excepcionais não poderiam ser inseridas nas escolas regulares e com o termo "educação especial" surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que previa que educação dessas crianças fosse preferencialmente no sistema geral de educação.

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDB de 1961, fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, definindo no seu art. 9º, que assegura “tratamento especial” para os

alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promovendo a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais, o que acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (LANNA JÚNIOR, 2010).

Com a criação do CENESP – Centro Nacional de Educação Especial em 1973 acreditava que ocorreriam mudanças, porém permaneceram ações assistenciais, pontuais e pouco efetivas, sem mudanças para a efetivação da lei de 1971.

Com a Constituição Federal de 1988 e seu princípio de educação para todos, conforme artigo 205 “ (...) que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Capítulo III – Seção I) complementa no artigo 206 no inciso I “ a igualdade de condições de acesso e permanência na escola “ e prevê no artigo 208, inciso III “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, legitimando a obrigação do Estado com educação de pessoas com deficiência na rede regular de ensino” (LANNA JÚNIOR, 2010).

O ano 1994 foi um ano importante para educação especial internacionalmente, pois foi o ano em que ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pelas Nações Unidas e o resultado foi a criação da Declaração de Salamanca que trata dos princípios, política e prática em educação especial, com propostas e recomendações de ações de maneira regional e internacional (LANNA JÚNIOR, 2010).

No âmbito nacional em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial que previa que os alunos com deficiência deveriam ir para as classes comuns de ensino desde “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” mostrando um descompasso com a proposta da declaração de Salamanca que prevê a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino e de uma pedagogia centrada na criança e que

a escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola.

A mudança vem com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura o término daqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). (GRUPO DE TRABALHO NOMEADO PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 555, de 5 de junho de 2007).

Em 1999 o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 consolida as normas de proteção e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. (SITE: INCLUSÃO JÁ! – LEIS E DOCUMENTOS).

No ano de 2001 o Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) determina que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (art.2).

Nesse mesmo ano a Lei Nº 10.172 afirmava que a Educação Especial, “como modalidade de educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante. (ESCOLA PARA TODOS – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE OS PAIS PRECISAM SABER? – MOVIMENTO DOWN).

Em 2002 Resolução CNE/CP Nº1/2002 determina que nos currículos nacionais de formação de professores de ensino básico deve ser incluído “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”. Também nesse ano a Lei nº 10.436/02 reconhece a Linguagem de Sinais (libras) como meio legal de comunicação e expressão, e determina sua difusão e uso, assim como a inclusão de disciplina a respeito de libras na formação de professores, em 2005 o Decreto Nº 5.626/05 regulamenta essa lei.

Em 2006 é lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos com foco em tratar o tema de pessoas com deficiência na grade pedagógica das escolas e assim desenvolver ações para inclusão, acesso e permanência desse público nas escolas.

O plano de desenvolvimento da educação de 2007 começa a tratar a questão da acessibilidade arquitetônica das escolas, da implementação de salas de recursos multifuncionais e a formação de docentes para atendimento especializado. O Decreto Nº 6.094/07 trata do plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e reforça a inclusão e permanência das pessoas com deficiência no ensino regular e o atendimento de suas necessidades educacionais especiais, fomentando assim a inclusão no ensino público.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva de 2008 faz uma linha histórica da inclusão no Brasil e fundamenta a política pública de inclusão. O Decreto Nº 6.571/08 dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola. (ESCOLA PARA TODOS – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE OS PAIS PRECISAM SABER? – MOVIMENTO DOWN).

No ano de 2009 acontece a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência promovida pela ONU que determina que os países signatários como o Brasil, devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (art.24). O decreto nº 6.949 dá ao texto da convenção caráter de norma constitucional brasileira.

Em 2009 a resolução Nº 4 CNE/CEB estabelece que o atendimento educacional especializado deve ser realizado no contra turno das aulas escolares e nas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

Em 2011 o decreto nº 7.612 determina o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, que tem pôr a finalidade promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. (art. 1º).

A Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

No ano de 2014 é lançado o Plano Nacional de Educação que em sua meta 4 trata da educação de pessoas com deficiência, conforme descrito abaixo:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de

sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Plano Nacional de Educação – p. 11).

Este Plano Nacional de Educação tem como objetivo implementar as 20 metas de educação, incluindo a meta 4 até o final de 2024.

### **2.3 Considerações a respeito do tema**

Ao pensar na educação de acordo com Carvalho (2014, p. 32) precisamos resgatar a escola de qualidade como exercício da cidadania e de apropriação e construção do conhecimento e da cultura, sendo espaço de alegria, onde os alunos possam conviver, desenvolvendo sentimentos sadios em relação ao “outro”, a si mesmos e em relação ao conhecimento.

Para Morin (2004, p. 11) uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes, sendo assim uma educação que se dirige ao indivíduo e seu entorno.

Na inclusão, a ênfase recai sobre o processo de integração e comunicação, nas relações interpessoais positivas, no trabalho pedagógico cooperativo, no oferecimento de serviços e procedimentos adequados e na criação de ambientes inclusivos na escola e na comunidade. (Bruno, 2000)

Essa visão inclusiva está relacionada à evolução do sujeito, que depende do ambiente ou da situação em que se encontra. São eles que criam ou não as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Assim, não é ao acaso que o conceito nuclear em Educação Inclusiva seja o ambiente menos restritivo. (Mrech, 2001).

Para Carvalho, a educação inclusiva:

Não prepara para a vida, ela é a própria vida, para tanto, precisa ser prazerosa, adaptando-se as necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si, com a cultura, e demais objetos de conhecimento, oferecendo ensino – aprendizagem

de boa qualidade para todos, com todos e para toda a vida. (2014, p. 34/35).

A educação inclusiva prevê o tratamento das diferenças com igualdade, segundo Suzart et al. (2009) diz que é a igualdade na diferença que proporciona a riqueza da vida, que gera outras formas de existir e estar no mundo, está é a possibilidade de outras lógicas de mundo, de outras formas de cultivar a plenitude da vida.

Sendo assim Bruno (2000) diz que a educação inclusiva depende de uma gestão democrática caracterizada pela sensibilidade do diretor e pelo envolvimento da comunidade escolar e Sampaio e Sampaio (2009) complementa que para uma efetiva implementação do modelo inclusivo na educação, faz-se necessária uma profunda reorganização escolar, que requer, entre outras medidas, a redução do número de alunos por turmas, nova infraestrutura e a construção de novas dinâmicas educativas.

Para iniciar essa reorganização escolar, Bordas nos alerta:

Para melhorar a qualidade do ensino e para conseguir trabalhar com as diferenças nas salas de aula é preciso que a escola reconheça e valorize as diferenças presentes em suas salas de aula, tem que se preocupar em trabalhar com os conteúdos, de modo que possam ser apreendidos de acordo com a capacidade e ritmo de cada um. Mas enquanto os professores de ensino escolar, persistirem em práticas que não reconhecem e valorizam as diferenças na escola, não teremos condições de ensinar a turma toda. (2009, p. 84/85)

Sendo os professores elementos-chaves, rever o conteúdo de sua formação parece algo prioritário e necessário para que a política seja praticada cada vez, em mais escolas, assim como incluir o tema em seus aprimoramentos.

É preciso que os professores sejam capacitados a respeito do ensino de pessoas com deficiência, mas sobre tudo a respeito de direitos humanos, Ferreira (2009) diz que existe uma lacuna de conhecimentos sobre os direitos humanos e a sua consequente violação, por exemplo, na forma de comportamentos, procedimentos, sanções ou exigências discriminatórias, na formação dos educadores(as), a qual constitui sólida barreira para o desenvolvimento de escolas inclusivas para todos

quando se trata especificamente do grupo social constituído por crianças, jovens e adultos com deficiência.

Para Mrech (2001) é preciso que os professores aprendam a trabalhar com as adaptações curriculares, para acompanhar melhor o processo de desenvolvimento de cada aluno seja ele deficiente ou não.

O momento atual é de transição, processo que inevitavelmente se caracteriza por lentidão, emergência de dúvidas, conflitos e resistências nas comunidades escolares, às quais cabe a tarefa de materializar os princípios da inclusão e desenvolver escolas comprometidas com a educação e o sucesso escolar de todos os estudantes. (Ferreira, 2009 – p.49).

É importante frisar que a educação inclusiva e conseqüentemente a inclusão não é um movimento oriundo dos políticos brasileiros atuais para cortar verbas e prejudicar mais ainda os professores do ensino regular, de acordo com Mrech (2001) a Inclusão é um movimento mundial que visa a implantação de uma educação menos estigmatizada para todos. Com a evolução nas abordagens de educação e de escolas inclusivas Carvalho (2014) diz que podemos iniciar a construção de sociedades menos elitistas e excludentes.

### 3. MÉTODO

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foi uma entrevista estruturada com quinze perguntas, gravação dos dados e visitas as redes de cada participante, optou - se pela utilização de entrevista estrutura, pois de acordo com Prodanov & Freitas (2013, p. 106) a entrevista estruturada é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido, ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência e podemos comparar grupos de respostas.

Todas as entrevistas foram realizadas na sede da OCS situadas na Cidade de São Paulo, cada entrevista teve em média duração de 40 minutos, foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2015 e foram gravadas com permissão dos respondentes.

Para analisar as entrevistas foi feita uma codificação que possibilitou a transformação do que é qualitativo em quantitativo e na construção de um conjunto de categorias descritivas com vistas a obter ideais mais abrangentes e significativos. (Prodanov & Freitas, 2013).

A entrevista foi dividida em três categorias para facilitar a análise de dados e melhor compilação de respostas, as tabelas apresentadas para detalhar cada categoria foi feita com base de extração de partes dos relatos, as entrevistas na integra estão disponíveis nos apêndices.

As categorias utilizadas foram percepção e atuação de acordo com política pública, assessorando a escolas públicas, e possibilidades e dificuldades para implementação da política pública.

A entrevista foi enviada para OSC com experiência em educação de pessoas com deficiência e buscou abordar vários tipos de experiências e deficiências, o envio foi feito a vinte OSC que atuam com pessoas com deficiência, foi obtido o retorno de três OSC.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esse trabalho investigou a visão de três OSC atuantes com pessoas com deficiência para mapear a percepção e atuação na política pública atual, e possibilidades visualizadas para melhoria dessa política, abaixo quadro com identificação das respondentes.

Participante	Público Alvo	Tempo de Existência	Foco de atuação
1.	Pessoas com deficiência Visual	69 anos	Produção de livros em braile e assistência aos deficientes visuais.
2.	Pessoas com síndrome de down	25 anos	Educação especial e profissionalização, com inclusão no mercado de trabalho.
3.	Pessoas surdo cegas e deficiências múltiplas	24 anos	Atendimento domiciliar, atendimento educacional no contra turno escolar e escola especial.

Tabela 1 – Identificação dos participantes – Fonte: A autora

Na categoria de percepção e atuação de acordo com a política pública foi abordado como a lei foi incorporada as atividades da OSC, quando tempo atuam com educação e como entendem que é um projeto pedagógico inclusivo, abaixo tabela com extrações dos relatos das respondentes para cada item.

Participante	Quanto tempo atuação com educação?	Como a lei foi incorporada as atividades?	O que é um projeto pedagógico inclusivo?
1.	Desde da sua fundação em 1946	Damos todo o apoio pedagógico para a professora, porque via de regra os professores não são capacitados para atender as crianças com deficiência visual.	Pra ser inclusivo tem que ser para todos, tudo hoje que se faz, tem que se pensar em todos! O conceito do desenho universal, tudo tem que ser para todos, então o projeto pedagógico de qualquer escola tem ser pensado

			para todos.
2.	Há 25 anos	<p>Temos escola especial e a gente fornece apoio educacional, ele pode estar em escola regular, a gente fornece esse apoio para que pelo menos ele consiga ... nadar e colocar a pontinha do nariz para que consiga respirar (...) vocês imaginam uma criança que para aprender a ler e escrever pode levar um ano, dois, três e pode não aprender?</p>	<p>Um projeto pedagógico inclusivo esta inserindo ele em ações (...) você vai mostrar para sociedade que o síndrome de down também está preocupado com o meio ambiente, então você coloca ele na sociedade e mostra o quanto ele é capaz.</p>
3.	Desde 1991, com educação especial	<p>Temos três modalidades de atendimento escola especial, tenho a maioria dos meus alunos nessa situação, infelizmente eu gostaria que fosse ao contrário, AEE onde a criança vai para escola regular e no contra turno vem para cá e AEC atividade de enriquecimento curricular, tudo que não é contemplado no currículo escolar a gente tem atividades diferenciadas que em geral se resumem a oficinas.</p>	<p>Você tem que ter contemplado no seu projeto que se por acaso tiver crianças ou alunos com deficiência ou enfim... que tenha que ter ali todos os tramites né, os recursos que vão ser necessários, como vai ser o atendimento se vai ter orientação a família, se vão ter alinhamentos tudo isso tem que dá contemplado no projeto pedagógico de todas as escolas desde saiu a lei da inclusão.</p>

Tabela 2 – Tema: Percepção e atuação de acordo com a política – Fonte: A autora

As três participantes desde suas fundações atuam com educação de pessoas com deficiência, conhecem e passaram por toda a história da educação inclusiva no

Brasil e tem atuações parecidas ao relatar como incorporam em suas atividades a lei vigente, duas ainda permanecem com a escola especial e as três oferecem apoio educacional para os professores e direção de muitas escolas, ao verificar que ainda estão despreparados para receber crianças com deficiência, relatam que o sistema educacional atual prejudica a inclusão ao dizer:

“(...) A nossa realidade é como é, nós temos 35 / 40 alunos dentro de uma sala de aula, desses 3 são deficientes, um é físico, um auditivo e um é intelectual, essa pobre professora tem que cumprir um planejamento de 200 dias letivos e dane-se os 3, ela tem que cumprir, ela tem que educar, ensinar, fazer, cumprir aquele planejamento em 200 dias letivos, ela tem 40 alunos, ela deixa 37 e atende 3 ou ela atende 3 e deixa 37? Ela vai deixar os 3 (...) então como é que você vai fazer uma inclusão verdadeira? Você não faz, ele é mais um... ta ali pra cumprir tabela (participante 2).

Ao abordar o que cada OSC entende como um projeto pedagógico inclusivo que de acordo com Carvalho (2014) são sistemas educacionais que estabelecem programas, projetos e atividades que permitem o desenvolvimento pleno da personalidade dos indivíduos, fortalecendo o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, as três tratam o tema de forma distinta, mas complementares entre si, a participante 1 reforça a importância de se elaborar um plano que visa atender a todos, ou seja, crianças com e sem deficiência, visão parecida com que diz Carvalho (2014) que ao defender as propostas inclusivas não temos que evidenciar os direitos dos deficientes de serem incluídos, mas defender os direitos dos ditos normais de conviverem com as pessoas com deficiência para se enriquecerem.

A participante 2 reforça esse conceito de convivência ao trazer à tona de como devemos inseri-los na sociedade e em todas as atividades para que assim possam mostrar seu valor e a participante 3 relata como ter recursos disponíveis, ter o apoio da família facilita o processo de aprendizagem, e que mesmo com recursos disponíveis é importante a participação ativa da direção e professores, conforme relata abaixo:

“Porque a questão da inclusão às vezes ela fica maquiada, porque a pessoa fala que tem o atendimento, porque tem uma sala de

recursos multiprofissional e na verdade acaba funcionando como se fosse sala especial de antigamente na época da integração e não está tendo realmente o que é conceito de inclusão que vem trabalhando desde ali (...)” (participante 3).

Ao abordar a categoria assessorando a escolas públicas, é perceptivo através dos relatos das OSC que conforme mencionado acima tem anos de experiência com educação de pessoas com deficiência, não são consultadas ou envolvidas para auxiliar no processo da inclusão.

Participante	Já atuou assessorando alguma escola pública?	Resultados dessa experiência	Elementos chaves dessa experiência
1.	Então não assessorando(...) mas a gente faz todo o trabalho, a gente vai as escolas, já fizemos bastante capacitação para professores da prefeitura, coisas pontuais, o CEFAL de Santo Amaro, eles já chamaram a gente quando fazem formação de estagiários, de coordenadores pedagógicos.	Isso é muito relativo, porque a gente vai e faz palestra, sensibilização tudo, mas na hora você tem o impacto que você percebe pela reação das pessoas, pelo que colocam no fim, pela devolutiva que me dão na hora, mas a longo prazo a gente não sabe (...) A gente planta a sementinha, agora como isso vai...	(...) o grande problema das políticas públicas é a forma como elas são impostas, na verdade não tem a participação da população para formulação das políticas públicas, (...) da mesma forma os professores são não consultados para as políticas, as políticas públicas normalmente são paternalistas, assistencialistas, elas vêm de cima para baixo, quando não se ouve o público para qual a política é criada, você pode criar uma política com muitas distorções, tendo um olhar unilateral.
2.	Não (...) eu recebo, outro dia recebi o telefonema	Nunca atuou	O conhecimento é a chave, você conhecendo

	<p>de uma diretora de Itaquera desesperada, porque acabou de receber um síndrome de down e ele tava tocando o terror dentro da escola e o que ela fazia com ele, ai eu tentei por telefone dar algumas diretrizes pra ela</p>		<p>esse universo, aonde você está querendo implementar aquilo, a coisa não pode ser de cima para baixo, ela tem que ser linear, vamos discutir, falta consulta, vamos entender se eu tirar uma pessoa da escola especial e enfiar ela com 50 alunos em sala, o que vai acrescentar naquela pessoa? Se eu tentar fazer de uma outra forma, a melhor coisa é o conhecimento e ter ouvidos abertos para discussão.</p>
3.	<p>Da política em si não ... Aqui a gente trabalha mais voltado aos municípios, ao trabalho então com as secretárias de estado mesmo, não diretamente com a escola, (...) a gente vê que dependendo da escola da atitude de diretora, que valores ela prega, a gente vê que tem mudanças, mas o trabalho é mais global, a gente gostaria de atingir mais públicos do que de escola em escola.</p>	<p>É como eu falei a gente já conseguiu várias coisas, (...) garantindo o direito da pessoa surdo cega para que na escola ou na universidade enfim, ela tem direito a essa guia interprete, pra ter acesso a informação, inclusive também, onde tem eventos oficiais (...) eles são obrigados a ter um guia interprete para fazer a</p>	<p>(...) Barreira atitudinal é uma das mais importantes pra gente vencer, são questão de valores e a pessoa tem que se modificar para ela entender que o outro também é igual, tem os mesmos direitos(...) significa que precisa ter alguma modificação e tudo que leva a uma modificação a gente tem uma resistência, então eu acho que é um dos entraves mais fortes.</p>

	interpretação do evento.
--	--------------------------

Tabela 3 – Tema: Assessorando escolas públicas – Fonte: A autora

Nos relatos as participantes trazem os esforços da Prefeitura em colocar essa política em prática, esforços esses que estão representados pelos CEFAI que de acordo com site da Secretária Municipal de Educação de São Paulo:

(...) tem como atribuições: o acompanhamento aos alunos com deficiência por meio de visitas sistemáticas às escolas, avaliação pedagógica, reuniões com professores e coordenadores pedagógicos, atendimentos a pais, mapeamento dos atendimentos da região. Assim, desenvolve ações de formação, produção de materiais, desenvolvimento de projetos, orientação e supervisão às Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI). Também organiza acervo bibliográfico e materiais/equipamentos específicos para alunos com necessidades educacionais especiais. (Site: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/>).

As participantes 1 e 3 relatam serão convidadas pelo CEFAI para ministrar palestras e auxiliar na formação dos coordenadores, mas que não há um trabalho contínuo e posterior com as escolas, onde seria possível verificar o resultado da ação que fizeram.

Outro dado relatado pelas participantes e que em muitos casos elas que demandam para as escolas ou são procuradas pelas mesmas em momentos de dificuldades, retratando como a atuação do CEFAI poderia ser expandida.

Todas as participantes são críticas em relação aos elementos-chaves dizem que falta conhecimento e consulta para elaboração das políticas, fazem críticas ao modo como as políticas são elaboradas sem a presença e/ou consulta dos maiores interessados as pessoas com deficiência e como em nossa cultura temos a tendência a criar políticas assistencialistas, abaixo relato de uma das consequências apontadas por uma das participantes:

“ (...) é de não se ouvir o público para qual a política está sendo criada, porque acaba sendo coisas muito segregacionistas, muito paternalistas, e a gente trabalha na outra mão, por exemplo nos aqui

trabalhamos para inclusão da pessoa com deficiência visual, para que a pessoa com deficiência visual exerça sua cidadania lá fora como qualquer outra pessoa, como qualquer outro cidadão então ... mas ai o que o governo faz, o bilhete único especial para não pagar a condução, quer dizer uma pessoa que trabalha, eu trabalho, porque eu não vou pagar a minha condução? Se o colega que trabalha, que enxerga também tem que pagar? (Participante 1).

A participante 3 relata benefícios após a implementação da lei, mas também relata alguns entraves relacionados à disposição da escola em criar uma relação de parceria:

“(...) a gente tenta trabalhar é ... de maneira que a gente chama de colaborativa, então alunos que estão aqui e também na rede a gente chama a escola (...) mas eu tenho outros alunos que faz 2 anos que estou tentando contato com a escola e eu não consigo, então eu acabo fazendo trabalhos paralelos, eu não sei qual a necessidade que tem para esse aluno na escola e a gente fica intermediando com a família, mas nem sempre a família também sabe o que acontece na escola.” (Participante 3).

Continuando no assessorando escolas públicas as participantes relatam os atores chaves e benefícios da implementação na tabela 4.

Participante	Atores Chaves dessa experiência	Benefícios da implementação
1.	É público alvo, não tem jeito, mas não dá pra ter uma visão unilateral, tem que abranger todo mundo, são as pessoas com deficiência, os professores, os diretores, os governantes, todos os escalões, tem que estão envolvidos na hora de construir uma política pública.	Deveriam ser a educação como um todo, para não chegar lá na frente e ver que o deficiente visual não foi bem alfabetizado, não deve oportunidade de chegar em uma universidade, tudo foi tão precário que mesmo fazendo uma universidade, ele tem defasagens, eu acho que o grande benefício é a educação para todos, que todos tenham acesso.

2.	<p>São seres humanos que precisam ser olhados (...) a sociedade como um todo, os políticos né, olham pra tudo, as famílias têm que ser bem atendidas, não assistidas, não... é protegidas, elas precisam ser atendidas em algumas necessidades (...) algumas coisas que lhe facilite, não que lhe tudo de graça, não precisa ter bolsa deficiência, precisa sim que se tenha uma saúde legal, hospitais que atendem, profissionais que entendem (...)</p>	<p>Quando você introduz um deficiente, físico, mental, auditivo, visual, as pessoas ficam um pouquinho mais humanas (...) eles começam a parar de se preocupar com si mesmo, para se preocupar com os outros (...) então quando vocês veem uma inclusão bem sucedida, geralmente tem um grupo de crianças, que meio que ficam blindando aquela pessoa, que ficam protegendo e inserindo ele nas coisas (...) essas políticas, se a educação se ela realmente fosse inclusiva, realmente olhasse a deficiência como ela é, não como eles acham que é, eu acho que a sociedade seria bem melhor, porque o preconceito estaria bem derrubado.</p>
3.	<p>Eu acho que se a administração da escola for aberta, tiver uma coordenação é ... onde a equipe toda funcione, e não seja só aquela coisa de ordem de cima para baixo, e que o professor que vai receber lá na sala de aula, ele sinta que tem o apoio do seus chefes vamos dizer assim, é diferente do que você passar a responsabilidade para o professor e ele ter que virar, então esse apoio às vezes é muito mais emocional do que de recursos e pra pessoa sentir que ela não está recebendo ela, mas que a escola está recebendo o aluno e que a escola está se preparando pra isso.</p>	<p>Os benefícios são a nossa humanidade, a gente respeito um ao outro, é ... eu acho que ajuda muito na questão dos preconceitos não só pra pessoas com deficiência, mas os preconceitos no geral que a gente tem (...) e ai você sempre acha que o outro tem menos direitos do que você, porque ele não é igual a você e na verdade, todos somos iguais, eu acho que quando veio a questão da convenção dos direitos da pessoa com deficiência, ela está ensinando pra sociedade que não é só a deficiência mas são todos se a gente pensar na diversidade humana, que isso que é o bonito né, é a gente tem que respeitar um ao outro, a gente aprende o que é ser humano, com mais tolerância (...) então eu acho que os</p>

		benefícios deveriam ser mútuos a todos, a convivência em paz com todo mundo.
--	--	--

Tabela 4 – Tema: Assessorando escolas públicas – Fonte: A autora

As participantes trazem como atores chaves as pessoas com deficiência, os professores, direção da escola, mas a necessidade de um envolvimento maior da sociedade, relatam que o professor não tem a responsabilidade de fazer as coisas acontecerem sozinho, que é preciso o envolvimento da direção da escola, que é preciso o envolvimento da comunidade ao entorno daquela escola, que é preciso um melhor atendimento ao atores envolvidos e que o envolvimento de outras pessoas podem beneficiar as pessoas com e sem deficiência.

As participantes concordam que os benefícios da implementação são para a sociedade como um todo, que implementar essa política significa um avanço social, significa derrubar preconceitos e lidar com o diferente, aprender a lidar e pensar nos outros como seres com direitos e deveres sem focar suas deficiências.

Na categoria possibilidades e dificuldades na implementação da política públicas participantes detalham os maiores obstáculos encontrados, caminhos que consideram viáveis e como poderiam atuar para que essa política aconteça em um número maior de escolas.

Participante	Obstáculos encontrados para implementação	Caminhos viáveis	Como experiência de vocês pode ajudar
1.	Você vê professores que se desdobram para que fazer com que tudo acessível para o aluno, que viram, vão atrás de material, confeccionam os materiais, quer dizer, acho que o maior obstáculo é quando não há boa vontade do próprio profissional, eles	É tudo que já falei, como a coisa vem vias tortas, vem de cima para baixo, o caminho seria de ser ouvir professores, alunos, quem faz a educação, teria que ter um fórum permanente para ouvir onde estão os principais problemas, dificuldades para o Estado, Governo de um modo geral,	A fundação com know-how que ela tem da deficiência visual que nós somos referência, ela pudesse fazer parte dessas formulações, fosse consultado, fizesse parte para saber quais são as reais

	<p>não têm em recursos, mas tem aqueles que vão atrás (...) para oferecer para o aluno o aprendizado de qualidade, e tem aqueles que não querem nem saber.</p>	<p>pudesse ver onde tem que ser melhorada a política, nesse sentido, se você não ouve os protagonistas da história, você não sabe o que está funcionando (...)</p>	<p>necessidades da pessoa com deficiência visual (...) a gente tem essa vivencia, que a gente possa participar da formulação dessas políticas.</p>
2.	<p>Professor preparado, material de didático bom, não pra cumprir cotas, nem pegar dinheiro, um psicólogo, um assistente social, é muito importante o assistente social, porque ele vai dar o apoio para essa família (...) fazendo equipe multidisciplinar, se pudesse sendo utópico, uma fono seria muito importante</p>	<p>Então a gente teria uma professora bem preparada, uma psicóloga, uma assistente social, uma fono, que variam um trabalho em conjunto, ai eu acho que daria certo a inclusão, esse seria o caminho.</p>	<p>Então assim a gente tem o nosso know-how que construímos em 25 anos, eu tenho 30 anos de educação especial (...) se eles tentassem nos ouvir né, tentassem nos entender realmente, eu acho que daria pra gente fazer um trabalho muito bom, sem preconceito, sem essa coisa de achar que nós estamos segregando o aluno, nós não estamos segregando ninguém, muito pelo contrário a nossa meta é inseri-lo na sociedade da melhor maneira possível, de uma forma mais correta.</p>

3.	<p>Não só a questão da educação está muito ligada a saúde e a assistência social e como essas três pastas não se conversam muito(...) porque muita pessoa com deficiência tem problemas de saúde (...) nem sempre tem e acaba sobrecarregando a educação que a gente tem que suprir as vezes questões que não seria o cerne do nosso trabalho.</p>	<p>A lei ela é feita pensando em uma questão coletiva, e o individual pode se apropriar dessa lei para conseguir o benefício (...) quanto a gente fala de educação ela é um direito social, então ela entra nessa categoria, é uma das coisas e que as pessoas não têm conhecimento (...) assim para seja efetivo a gente tinha que ter uma campanha, uma disseminação, um esclarecimento maior, porque a própria escola deveria esclarecer os pais (...)</p>	<p>É com que a gente já faz, procura dar orientação, procura dar capacitações, a gente faz estágios, a gente tenta trabalhar é ... de maneira que a gente chama de colaborativa, então alunos que estão aqui e também na rede a gente chama a escola (...) então assim você vê que realmente tem um empenho que aquela escola tem e quer que aconteça.</p>
----	--	---	--

Tabela 5 – Tema: Possibilidades e dificuldades para implementação da política pública –

Fonte: A autora

As participantes relatam como um dos principais obstáculos é precariedade do sistema educacional atual, como a falta de uma equipe multidisciplinar afeta para essa política ocorra com maior eficiência e frequência e a participante 3 reforça o fato de outros serviços básicos importantes para a população no geral e em alguns casos principalmente para as pessoas com deficiência não funcionarem como deveriam e não há diálogo entre essas secretárias isso sobrecarrega e dificuldade a execução dessa política.

Os caminhos viáveis e a experiência das participantes estão ligados a pontos já relatados em outros momentos da pesquisa, por exemplo, a maior participação das pessoas com deficiência como porta vozes dessa política, a capacitação da direção e professores das escolas, a possibilidade de ser criar uma relação de parceria onde o conhecimento da OSC podem ajudar as escolas e a disseminação de informação para todos os envolvidos nesse processo como pais e comunidade.

## 5. CONCLUSÃO

Esse estudo procurou evidenciar a importância da reformulação da política de educação de pessoas com deficiência no Brasil e sua aplicação no contexto do sistema público educacional atual de forma que propicie uma transformação com resultados concretos para o desenvolvimento de pessoas com deficiências.

As três OSC selecionadas para esse estudo demonstram notória experiência sobre o universo de escolarização de pessoas com deficiência, com atuação de mais de 20 anos e evidenciam como a precariedade do sistema atual de ensino, a falta de profissionalização do corpo docente, desconhecimento do universo das pessoas com deficiência e cultura paternalista dificultam a execução da política atual.

Cada uma das participantes tem conhecimento específico de determinado tipo de deficiência, o que proporcionou sua especialização e aplicação na área educacional, como a tradução de livros para braille, desenvolvimento de material didático para pessoas com síndrome de down e pessoas com surdo cegueira, além de outras áreas como o desenvolvimento cognitivo e social de pessoas com esses tipos de deficiência.

O relato das OSC reforça uma visão social ainda forte de que como diria Mrech (2011) “quando olhamos para alguém como deficiente, dificilmente o sujeito consegue escapar desse olhar, passando a se ver e referenciar por esse olhar”, a política atual é uma oportunidade para modifica-la ao incentivar e padronizar que as pessoas com deficiência saiam da prisão domiciliar e grupos restritos que faziam parte e as tornem sujeitos pertencentes a sociedade, trazendo benefícios principalmente para os ditos “normais”.

Atualmente a relação entre escolas, OSC e governo é distante, mesmo com existência dos CEFAL, que tem como função a intermediação entre as três instâncias, avançamos pouco ao pensar nos pontos descritos acima como a capacitação de docentes, existência em todas as escolas de um material didático inclusivo e conhecimento do universo das pessoas com deficiência.

Um caminho viável para que essa política ocorra com maior frequência é a ampliação de atuação do CEFAL com as OSC para que a experiência acumulada seja utilizada na elaboração do material didático, na qualificação do corpo docente e

principalmente na socialização desses alunos na escola, pois assim iniciaremos a mudança de visão de que a sociedade precisa.

Como encaminhamento para trabalhos futuros, um ponto possível de ser explorado é a forma como as OSC que atuam com outros tipos de deficiência, além daquelas já descritas nesse trabalho, percebem essa política e que melhorias são propostas, assim como estudar com maior profundidade a educação do CEFAL. Esses estudos poderão subsidiar a elaboração ou aprimoramento de uma política abrangente de educação para pessoas com deficiência, cobrindo gradativamente mais características particulares das deficiências estudadas.

## REFERÊNCIAS

Aranha, Maria Salete Fabio. Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>>. Acesso em 04/03/2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a Emenda n. 77/2014. Disponível em: <<http://goo.gl/HwJ1Q>>. Acesso em 04/03/2015.

BRASIL. IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_Religião\\_Deficiencia/tab1\\_3.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religião_Deficiencia/tab1_3.pdf)>. Acesso em 05/04/2015.

BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 03/03/2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/xYHZ2W>>. Acesso em 03/03/2015.

Bruno, Marilda. Escola Inclusiva: problemas e perspectivas. Serie – Estudos, periódico do mestrado em educação da UCDB, n. 10 pg. 80 a 90. Campo Grande. Dezembro. 2000

Carvalho, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 10. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Diaz, Feliz e Bordas, Miguel e Galvão, Nelma e Miranda, Theresinha, organizadores, autores, ... (et al.). Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

Dicionário Michaelis. Versão Digital. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=integrado>>. Acessado em 26/04/2015

Fachin, Odília - Fundamentos de Metodologia. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Fleury. R. M. Complexidade e Interculturalidade: desafios emergentes para formação de educadores em processos inclusivos. In: FÁVERO, O. et al. (Orgs.). Tornar a educação inclusiva. Brasília: Unesco, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/w73Kob>>. Acesso em 20/04/2015.

Garcia, G. Vinicius. As pessoas com deficiência na história do mundo. 02/10/2001. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em 21/04/2015.

Gil da Costa Júnior, Antonio e de Mira Costa, Carlos Eduardo: "A educação para pessoas com deficiência no Brasil: histórico e conceitos" em Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo, fevereiro 2014. Disponível em <<http://atlante.eumed.net/educacao-pessoas-deficiencia/>>. Acesso em 02/03/2015.

Glat, Rosana e Ferreira, Julio. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. Banco Mundial – Cnotinfor Portugal. Disponível em <[http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Educacao\\_inclusiva\\_Br\\_pt.pdf](http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf)>. Acesso em 10/03/2015.

Hollanda, Jacqueline Monte de e Barbosa, Simone Maria de Almeida. Um estudo sobre a educação inclusiva em escola pública. Revista Científica da UFPA. 2002. Disponível em <[http://www2.ufpa.br/rcientifica/ed\\_anteriores/pdf/ed\\_03\\_jmh.pdf](http://www2.ufpa.br/rcientifica/ed_anteriores/pdf/ed_03_jmh.pdf)>. Acesso em 20/05/2015.

Morin, Edgar. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Mrech, Leny Magalhães. Educação Inclusiva: realidade ou utopia? Trabalho apresentado no evento do LIDE, no dia 05 de Maio de 1999, no auditório da Faculdade de Educação da USP. Disponível em <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=97:educacao-inclusiva-realidade-ou-utopia-&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=97:educacao-inclusiva-realidade-ou-utopia-&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17)>. Acesso em 20/03/2015

Onofre, Alves Joelson: “Educar para uma sociedade inclusiva”. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/educar-para-uma-sociedade-inclusiva.htm>>. Acesso em 01/03/2015.

Prodanov, Cleber Cristiano e Freitas, Cleber Cristiano “ Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Rocha, Luana e Almeida, Patricia “Escola para todos – Educação Inclusiva: O que os pais precisam saber? ” – Movimento Down. 2014. Disponível em <<http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2014/11/ESCOLA-PARA-TODOS-PUBLICA%C3%87%C3%83O-DIGITAL-logo-governo.pdf>>. Acesso em 10/05/2015.

Santos, Marisa Aparecida Pereira e Brocanelli, Claudio Roberto: “Marcos legais da Educação Inclusiva no estado de São Paulo”. Disponível em <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155256/1/unesp-nead\\_reei1\\_ei\\_d02\\_texto01.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155256/1/unesp-nead_reei1_ei_d02_texto01.pdf)>. Acesso em 01/03/2015.

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – Centro de Formação e Acompanhamento a Inclusão – CEFAl. Disponível em <[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/108300/Anonimo/index\\_cefai.aspx?MenuID=38&MenuIDAberto=32](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/108300/Anonimo/index_cefai.aspx?MenuID=38&MenuIDAberto=32)>. Acesso em 07/06/2015.

Site: Inclusão Já! – Leis e Documentos. Disponível em <<http://inclusaoja.com.br/legislacao/>>. Acesso em 10/05/2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Nome da instituição:

Missão da ONG:

Tempo de existência:

Foco de Atuação:

Dados da pessoa que respondeu ao questionário:

#### **Objetivo do questionário:**

Este questionário tem como objetivo conhecer a percepção da ONG em relação a educação inclusiva em escolas públicas prevista por lei.

Este questionário tem duração média de 40 minutos.

#### **Perguntas:**

1. Desde quando esta ONG atua com educação?
2. De que modo a educação inclusiva descrita na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Especial (LDBEN/96) foi incorporada nas ações e projetos desenvolvidos pela ONG?
3. Na sua opinião, o que diferencia um projeto pedagógico de um projeto pedagógico considerado inclusivo?
4. Desde quando esta ONG atua em projetos de educação para pessoas com deficiência?
5. Esta organização atua ou já atuou assessorando alguma escola pública na implementação da educação inclusiva prevista em lei?
6. Quantos projetos desta natureza já desenvolveu/promoveu?
7. Qual (quais) destes projetos considera mais emblemático? Porquê?

8. Quais os principais resultados desta experiência?
9. Na sua opinião, quais foram os elementos-chave que propiciaram a implementação da ação?
10. Na sua opinião quais seriam (quais foram) os atores-chave para participação neste processo? Por quê?
11. No geral, quais são os benefícios da implementação da educação inclusiva para cada um dos atores envolvidos (Pcd's, alunos, professores, pais e comunidade)?
12. Na sua opinião, este projeto alcançou estes benefícios? Em quais aspectos sim, em quais aspectos não?
13. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para implementação da educação inclusiva prevista em lei?
14. Que caminhos são os mais viáveis para implementação da educação inclusiva?
15. Como a experiência de vocês com pessoas com deficiência pode ajudar a implementar a política de educação inclusiva na rede pública de ensino?
16. Gostaria de mencionar alguma consideração que não lhe foi perguntada anteriormente?

## APÊNDICE B – Entrevista participante 1

Nome da instituição: Fundação Dorina Nowill para Cegos

Missão da OSC: Facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

Tempo de existência: Existe há 69 anos de inclusão da pessoa com deficiência visual na sociedade

Foco de Atuação: Produz livros em braile, falados e digitais acessíveis e os distribui gratuitamente para pessoas com deficiência visual e a mais de 1.400 escolas, associações, bibliotecas e organizações que os atendem em todo o País. Além de oferecer serviços especializados à pessoa com deficiência visual de todas as faixas etárias, tratamento adequado às suas necessidades, proporcionando condições para um desenvolvimento pleno, de acordo com seu potencial individual e suas condições sociais, educacionais e econômicas, visando a sua inclusão social.

Quem respondeu a pesquisa: Maria Regina – assistente social, experiência de mais de 30 anos nessa área, atendendo as pessoas que chegaram a fundação, hoje atua com serviços de apoio a inclusão.

Perguntas:

17. Desde quando esta ONG atua com educação?

Então na verdade a fundação eh, quando a Dona Dorina quis realmente criar a educação, fundação, quando ela iniciou em era fundação para o livro do cego no Brasil. Porque? Porque ela ao perder a visão ao 17 anos sentiu na pele o fato de não ter livros em braile para continuar os estudos né, então surgiu da necessidade realmente de se fazer livros em braile, então a finalidade primeira da fundação foi a produção de livros em braile, tanto que ela foi para os Estados Unidos é estudou lá fez uma especialização e trouxe a primeira impressora braile para o Brasil e que começou então a produção dos livros em braile, então é, o nosso olhar para educação é desde o início mesmo, a produção de livros, depois na década 60 a gente tinha assim

aquela parceria com a campanha nacional de educação, que eram as crianças que tinham que ser inseridas nas salas de recursos, na rede pública né, então a fundação orientava as famílias, as crianças que vinham aqui as famílias e encaminhava pra ... pras escolas mais próximas né, onde tinha sala para recursos de deficientes visuais, então o nosso trabalho sempre foi para a educação, reabilitação e o trabalho também, porque a gente também tem essa frente da empregabilidade.

18. De que modo a educação inclusiva descrita na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Especial (LDBEN/96) foi incorporada nas ações e projetos desenvolvidos pela OSC?

Bom ... (risos) Na verdade como a lei não é seguida lá fora, nós vivemos essa realidade né Eliana? Das nossas crianças que deveriam estar em salas inclusivas e vem pra cá, e nós temos uma série de problemas ... então que a gente faz? A gente dá todo o apoio pedagógico para a professora, porque via de regra os professores não são capacitados para atender as crianças com deficiência visual né... O grande problema é que a sociedade no geral é despreparada para atender e receber o deficiente visual em todas as esferas né, então o trabalho da fundação é justamente levar esse conhecimento da deficiência visual para todas as esferas, principalmente nessa área da educação que é a que você está focando né... ah onde nossas crianças passam por mil problemas 'Ah porque a professora não quer que usa a máquina braile porque faz barulho na sala de aula' como a criança vai ser alfabetizada em braile, se não pode usar o equipamento de escrita dela? Quer dizer as barbaridades maiores que tem ou então a criança fica isolada no canto da sala ... é por isso que você lá no final que a empregabilidade toda a defasagem que você vê, porque o problema vem da base, da raiz mesmo né, então são os professores que não capacitados para atender as crianças com deficiência visual, deficiência de modo geral né, mas aqui a gente vai falar da deficiência visual... i a maioria não se interessa também, não é interessante porque dá trabalho, é um problema, então enquanto os professores verem a deficiência como um problema, como um trabalho a mais, quer dizer, a coisa não vai andar mesmo né.

As crianças não têm os livros didáticos como as crianças que enxergam ... Os livros chegam tardiamente para as crianças com deficiência visual ... quando chegam, tudo é atrasado, tudo é defasado, que dizer, na verdade, não existe a inclusão! Porque a inclusão seria a criança estar acompanhando a sala de aula, como todas as outras crianças, com material didático, com todas as adaptações que ele precisaria né.

19. Na sua opinião, o que diferencia um projeto pedagógico de um projeto pedagógico considerado inclusivo?

Então ... Acho que assim, eu e minha companheira Eliana, nossa área de atuação é justamente essa de fazer palestras, sensibilização, capacitação né, então nós levamos para universidades, empresas, em todos os lugares, onde pedir a gente vai.

Então ... É ... justamente levar esse conhecimento sobre a deficiência visual para desmitificar essa coisa que é tão difícil trabalhar com o cego e deficiente visual né... então qual é a visão da fundação dorina? qual é a nossa visão! Que pra ser inclusivo tem que ser para todos! Tudo hoje que se faz, tem que se pensar em todos! O conceito do desenho universal, tudo tem que ser para todos, então ... é o projeto pedagógico de qualquer escola... é tem ser pensado para todos, então como foi desenvolver tal disciplina atendendo a todas as necessidades ... de todos os alunos, então esse olhar do todo mesmo né, para ser inclusivo tem que ser acessível a todos!

20. Desde quando esta OSC atua em projetos de educação para pessoas com deficiência?
21. Esta organização atua ou já atuou assessorando alguma escola pública na implementação da educação inclusiva prevista em lei?

Então não assessorando não ... Por aqui na verdade é particular, é mas a gente faz todo o trabalho, a gente vai nas escolas, já fizemos bastante capacitação para professores da prefeitura, é coisas pontuais, como por exemplo, amanhã vou fazer uma sensibilização com crianças de 3º ano,

porque eles estão fazendo bullying com uma criança que nós atendemos aqui, uma criança cega, então você percebe (risos) que são as coisas mais variáveis, ações mais pontuais como mais amplas, como por exemplo o CEFAL de Santo Amaro, ele já chamou a gente pra... pra quando eles fazem formação de estagiários, formação de coordenadores pedagógicos, já chamaram a gente para ir lá falar né, eles são o centro de formação e apoio a inclusão da prefeitura, que trabalha com educação especial na prefeitura, a mesma coisa que o CAPE que trabalha com educação especial no estado, são órgãos que cuidam da educação inclusiva, CEFAL da prefeitura e CAPE do estado.

22. Quantos projetos desta natureza já desenvolveu/promoveu? Vocês também são procurados por empresas para sensibilização?

Olha ... o que a gente tem sido procurada, o que a gente tem ido mais por enquanto é mais para escolas, as empresas a gente têm um outro trabalho, da própria empregabilidade (...)

23. Qual (quais) destes projetos considera mais emblemático? Por quê? Raiz do problema.

É tudo que já te falei ... o problema maior é a falta de conhecimento, falta de informação, as pessoas não sabem nada sobre a deficiência visual, os professores pouco sabem sobre deficiência ... é desconhecem como trabalhar com elas, tirando lógico aqueles que tem uma capacitação para trabalhar, mas de modo geral, os que não trabalham com educação, não são professores especializados, eles não sabem como trabalhar, como atender, total falta de conhecimento, formação e capacitação mesmo né.

Você sempre fala dos professores, quando você dá um treinamento para esses professores, a direção da escola é envolvida ou não?

Por exemplo, minha companheira Eliana que faz essa parte de capacitação, por exemplo agora ela está atendendo um projeto do SESI que a gente tem parceria desde o ano passado, o SESI SP contratou a fundação Dorina para fazer a capacitação dos professores das escolas do SESI, então ano passado e esse ano ela vai para diferentes municípios, onde são aglomerados todos

os alunos com deficiência visual daquela região ... os professores e a família, então faz um trabalho conjunto, ela atende o professor, a criança e a família, da orientação para todo mundo né, esse é um projeto legal que abrange tudo, agora a gente não é chamado por exemplo pra ir lá na escola fazer uma sensibilização, o CEFAL de Santo Amaro até teve esse olhar, porque a pessoa lá, uma das especialistas já conhece o trabalho da fundação então chamou a gente, algumas vezes para fazer esse tipo de trabalho, palestra enfim, mas eles não chamam a gente, quando a gente detecta o problema, a gente entra em contato e a via entrada é sempre o diretor, a direção da escola ... porque pra mim pode entrar na escola tenho que me reportar primeiro ao diretor.

Mas pelo que você está contando então, não é que a procura é da escola...

Não ... por exemplo esse trabalho que foi fazer amanhã no 3º ano, a psicóloga que atende a criança aqui ... porque aqui temos um trabalho multidisciplinar, uma equipe, a psicóloga que atende essa criança veio falar pra mim 'Regina eu preciso que você vá fazer uma sensibilização na escola do fulano de tal, porque as outras crianças gozam dele bibibibobobo'

24. Quais os principais resultados desta experiência?

Então, isso é muito relativo, porque por exemplo a gente vai e faz palestra, sensibilização tudo, mas na hora você tem o impacto que você percebe na hora pela reação das pessoas, pelo que as pessoas colocam no fim né, pela devolutiva que me dão na hora, mas ... a longo prazo a gente não sabe né...

Mas por exemplo você me trouxe que acabam fazendo esse trabalho quando identificam que alguém que vocês atendem aqui ...

Sim, então é ... A gente vai e faz ... agora as vezes, ai depende muito do local, do professor, da estrutura mesmo, porque? Às vezes, você consegue um bom resultado, as vezes não é o que o você desejaria, depende muito de como é recebido e como é trabalhado também dentro da escola né ... por exemplo, ano passado tem uma escola lá ... Em cidade Ademar? Sei lá quase com divisa com Diadema, mudaram o nome da escola, escola da

prefeitura EMEI, para Professora Dorina de Gouvea Nowill, então teria toda solenidade papapa... por conta da mudança do nome, e a escola deve uma preocupação de preparar, EMEI são crianças de 4 a 5 anos, são muito pequenos né, elas tiveram a preocupação de prepara a escola, as crianças e professores para essa mudança, então fiquei lá uma semana, fazendo contação de histórias para as crianças, da história da Dona Dorina, falando quem era a professora Dorina, a Eliana fez a capacitação dos professores, não tem ainda criança com deficiência visual lá, mas pra quanto tiver eles né já estão capacitados (atendeu ao telefone) .... então houve toda essa preocupação para que eles soubessem quem foi a professora Dorina de Gouvea Nowill, toda a obra que ela criou, quer dizer depende do lugar, a repercussão foi muito boa, os professores todos estavam envolvidos, então quando fui fazer a contação de histórias com as crianças, os professores já tinham trabalhado em sala de aula o que era o braile, o que era um tato, tinham vendado as crianças para elas sentirem, então houve uma preparação, é um olhar completamente diferente, então depende muito do público que você vai levar essa informação, como eles reagem, como isso tudo vai ser aproveitado, as vezes é a coisa de momento e depois acabou.

Você não pode saber o que vai repercutir lá na frente né ... A gente planta a sementinha, agora como isso vai...

25. Na sua opinião, quais foram os elementos-chave que propiciaram a implementação da ação?

Então ... acho que o grande problema das políticas públicas (risos) é a forma como elas são impostas, na verdade não tem a participação da população para formulação das políticas públicas, por exemplo, nos deficientes visuais não somos consultados pras políticas que são feitas para nós, da mesma forma os professores são não consultados para as políticas, você percebe? Então as políticas públicas normalmente são paternalistas, assistencialistas, elas vem de cima para baixo, então quando não se ouve o público para qual a política é criada, você pode criar uma política com muitas distorções, tendo um olhar unilateral, só dos governantes, de quem está criando a política, então acho que o grande problema de todas as políticas públicas é esse né ...

é de não se ouvir o público para qual a política está sendo criada, porque acaba sendo coisas muito segregacionistas, muito paternalistas, e a gente trabalha na outra mão, por exemplo nos aqui trabalhamos para inclusão da pessoa com deficiência visual, para que a pessoa com deficiência visual exerça sua cidadania lá fora como qualquer outra pessoa, como qualquer outro cidadão então ... não adianta ... Mas aí o que o governo faz, o bilhete único especial para não pagar a condução, quer dizer uma pessoa que trabalha, eu trabalho, porque eu não vou pagar a minha condução, se o colega que trabalha, que enxerga, que trabalha também tem que pagar?

Tá errado isso, você percebe? É muita coisa errada, por conta ... De não se ouvir o público, e tem uma grande parte das pessoas com deficiência que se acomodam, querem tudo de graça, quando você cobra alguma coisa não aceita, acaba criando toda uma distorção, no caso das políticas educacionais, será que os professores são incentivados e estimulados, além do trabalho que eles têm, deles terem que mais ... agregar esse tipo de aluno? Quer dizer ele está preparado para isso? Ele é estimulado para isso? Ele tem ... porque assim o governo quer que atende, mas não os recursos para esse professor se capacita, ter o material pedagógico, tem toda uma estrutura para atender a educação inclusiva, então sabe é tudo imposto... por isso que não acontece.

26. Na sua opinião quais seriam (quais foram) os atores-chave para participação neste processo? Por quê?

É público alvo, não tem jeito né...

Mas além das pessoas com deficiência, você enxerga algum outro público é um público chave?

Sim, se você for ver só o público com deficiência, você está tendo uma visão unilateral também, tem que abranger todos os segmentos, então são as pessoas com deficiência, quais as necessidades educacionais delas, os professores, os diretores, os governantes, todos os escalões, tem que estão envolvidos na hora de construir uma política pública né? Pelo menos esse é o meu olhar.

27. No geral, quais são os benefícios da implementação da educação inclusiva para cada um dos atores envolvidos (Pcd's, alunos, professores, pais e comunidade)?

Os principais benefícios deveriam ser a educação como um todo, para não chegar lá na frente e ver que o deficiente visual não foi bem alfabetizado, não teve oportunidade de fazer uma boa ... não conseguiu chegar até uma universidade, tudo foi tão difícil, tão precário que mesmo fazendo uma universidade, ele tem uma série de defasagens, eu acho que o grande benefício é a educação para todos, que todos tenham acesso a educação como um todo né, não sei se seria isso...

28. Na sua opinião, este projeto alcançou estes benefícios? Em quais aspectos sim, em quais aspectos não?

Sim, a gente não pode falar que não, porque? Antes de se falar em educação inclusiva, existia o atendimento especializado como te falei na prefeitura e no estado em salas de recursos, então existiam professores que eram habilitados para atender as diferentes deficiências, nesse ponto era mais interessante, porque quem atendia deficiente visual, tipo habilitação em deficiência visual, que atendia auditivo, habilitação em auditivo, então existia uma especialização do pedagogo, do professor para atender aquela especificidade da deficiência, e existiam as salas de recursos que eram as salas dentro das escolas públicas né, que atendiam os alunos com aquelas determinadas deficiências, nesse ponto eu acho era melhor, porque a partir do momento que a educação inclusiva vem com a história que ... todos atendiam todas as deficiências, a coisa ficou ...tem menos qualidade, porque é muito generalista, a própria formação, antigamente tinha a faculdade de pedagogia, e no último ano você escolhia a especialização na deficiência que você quisesse, hoje não, você faz a pedagogia e algumas coisas que fala da deficiência, mas algo muito pincelado né ... eh depois você pode fazer uma pós em educação inclusiva que você sai um generalista, entendendo de todas as deficiências e entendendo de nenhuma (risos), que é o que a gente vê na prática, então a gente acabou perdendo pela própria formação dos

profissionais, de que professor tem que atendem todas as deficiências.

29. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para implementação da educação inclusiva prevista em lei?

É eu acho que ... por exemplo você vê professores que se desdobram para que fazer com que tudo acessível para o aluno, que viram, vão atrás de material, confeccionam os materiais, quer dizer, acho que o maior obstáculo realmente é quando não há boa vontade do próprio profissional né, porque eles não tem em recursos, mas tem aqueles que mesmo sem os recursos, eles vão atrás e se viram nos 30, como se diz, para oferecer para o aluno o aprendizado de qualidade, e tem aqueles que não querem nem saber.

30. Que caminhos são os mais viáveis para implementação da educação inclusiva?

É tudo que já falei mesmo né, como a coisa vem vias tortas, vem de cima para baixo, o caminho seria de ser ouvir ... dos professores, de quem faz a educação, dos próprios alunos, teria que ter um fórum permanente para ouvir onde estão os principais problemas, dificuldades né para que o Estado, Governo de um modo geral, pudesse tá vendo aonde tem que ser melhorada a política né ... nesse sentido, porque se você não ouve os protagonistas da história, você não sabe o que está funcionando, o que não está, porque não funciona, o que é eles precisam, o que é que eles querem , então acho que tem criar um fórum, um espaço permanente de discussão pra poder dar... é o que eu falei da formulação das próprias leis, das próprias políticas.

31. Como a experiência de vocês com pessoas com deficiência pode ajudar a implementar a política de educação inclusiva na rede pública de ensino?

Seria isso né, que a gente ... a fundação com know-how que ela tem da deficiência visual que nós somos referência na área da deficiência visual, ela pudesse fazer parte dessas formulações ...fosse consultado, fizesse parte, fosse ouvida ... Para saber quais são as reais necessidades da pessoa com deficiência visual né, porque aqui a gente tem o olhar do profissional que é o especialista, mas também o olhar dos nossos clientes, que são as próprias

pessoas com deficiência visual, então a gente tem esse know-how, essa vivência, esse conhecimento, então que a gente pudesse participar da formulação dessas políticas né.

32. Gostaria de mencionar alguma consideração que não lhe foi perguntada anteriormente?

Ah eu acho que falei tudo né (risos), ficou bem claro porque não funciona a educação inclusiva, agora só uma ressalva sou assistente social, não sou professora, então a experiência que tenho e de mais de 30 anos trabalhando nessa área com atendimento, porque trabalhei como assistente social aqui dentro, atendendo as pessoas e vendo as dificuldades, necessidades e hoje também com esse trabalho externo.

## APÊNDICE C – Entrevista participante 2

Nome da instituição: ADID - Associação para o Desenvolvimento Integral do Down

Missão da OSC: Estimular o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e jovens com síndrome de down, através da educação, integração, socialização e profissionalização, bem como, conscientizar a família e a sociedade do potencial dessas pessoas.

Tempo de existência: 25 anos

Foco de Atuação: Fundada em 05 de dezembro de 1989, por um grupo de pais de pessoas com Síndrome de Down, a ADID sempre teve como princípio oferecer o melhor padrão possível de educação e profissionalização, tendo como um dos principais objetivos a inclusão no mercado de trabalho, pois até o final da década de 90, essa possibilidade era bastante limitada.

Quem respondeu a pesquisa: Vera – Coordenadora pedagógica.

Perguntas:

33. Desde quando esta ONG atua com educação?

Há 25 anos.

34. De que modo a educação inclusiva descrita na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Especial (LDBEN/96) foi incorporada nas ações e projetos desenvolvidos pela OSC?

Olha eu vou te dar minha opinião em relação a inclusão, nossa pais é um pais modista, então na realidade essa lei da inclusão não foi elaborada pensando em uma realidade brasileira, ela foi incorporada da Espanha, eles pegaram o modelo espanhol e aplicaram, como tudo, a progressão continuada, eles importam de algum outro lugar, o que acontece, a nossa realidade é como é, nós temos 35 / 40 alunos dentro de uma sala de aula, desses 3 são deficientes, um é físico, um auditivo e um é intelectual, essa pobre professora tem que cumprir um planejamento de 200 dias letivos e dane-se os 3, ela tem que cumprir, ela tem que educar, ensinar, fazer, cumprir aquele planejamento em 200 dias letivos, ela tem 40 alunos, ela deixa 37 e atende 3 ou ela atende

3 e deixa 37 ? Ela vai deixar os 3... ai mas tem duas professores por sala, tutor ... balela ta, balela, conversa fiada pra boi dormir, então como é que você vai fazer uma inclusão verdadeira? Você num faz, ele é mais um... ta ali pra cumprir tabela, como uma empresa, uma vez fomos procurados por uma empresa com o seguinte fala: olha eu tenho que cumprir a lei de cotas, vocês têm os alunos, eu finjo que contrato, pago o salário, mas eles não precisam ir na minha empresa, ai nos falamos pra eles sabe a porta que você entrou? É a mesma que você vai sair... porque não queremos isso tá ... Então a educação o que a gente faz em relação a essa lei. A tenta pôr todas as formas e jeitos mostrar que nós não estamos segregando o aluno, então qual é essa visão, você coloca em uma escola de educação especial, você está separando, você está segregando, você está com preconceito, não gente não é nada disso, esse aluno ... tanto que a gente recebe apoio educacional, ele pode estar em escola regular, a gente fornece esse apoio para que pelo menos ele consiga. Nadar e colocar a pontinha do nariz para que consiga respirar, vocês imaginam uma criança que para aprender a ler e escrever pode levar um ano, dois, três e pode não aprender, porque cada um é um, não é que a síndrome de down tenho no código genético que tal período ele vai aprender, você imagina a frustração? ... Ai você vai fazer inglês, você não consegue ... a pessoa está falando e você não entende nada, a gente se senti muito mal, ele é igualzinho, é como se estivessem falando japonês pra ele ta, isso vai acarretando o que? Frustração, a gente recebe alunos com depressão, que vem do ensino regular, a gente tenta de alguma forma mostrar, é a associação brasileira da síndrome de down é contra nos ta ... é contra, ela acha que tem estar inclusivo, tem que incluir, eles conseguem, conseguem numa escola particular, quem tem renda consegue, você ponhe lá um Dante, um cara no Dante contrata uma tutora que fica com ele de segunda a sexta e mesmo assim ele se sentir diferenciado porque ele tem que ficar com uma tutora direto e o amigo não? Eles têm essa visão, quem acha que eles são bobos, são mais bobos ainda, eles têm essa visão ta... então a gente tenta mostrar que não estamos segregando, estamos tentando incluí-lo verdadeiramente na sociedade, não de faz de conta.

35. Na sua opinião, o que diferencia um projeto pedagógico de um projeto

pedagógico considerado inclusivo?

No projeto pedagógico você está tentando ensinar alguma coisa de alguma forma, então você vai fazer um projeto pedagógico de sustentabilidade, então você vai conscientizar seu aluno que ele tem que recolher o lixo, separar, usar produtos recicláveis, você está educando, um projeto pedagógico inclusivo você está fazendo tudo isso, mas você está inserindo ele em ações, então vai ficar assim, você vai mostrar para a sociedade que o síndrome de down também pode fazer uma reciclagem, que o síndrome de down também está preocupado com o meio ambiente, então você coloca ele na sociedade e mostra o quanto ele é capaz, o quanto ele vai poder fazer essa diferença.

36. Desde quando esta OSC atua em projetos de educação para pessoas com deficiência?

Desde surgiu.

37. Esta organização atua ou já atuou assessorando alguma escola pública na implementação da educação inclusiva prevista em lei?

Não, eu tenho assim... eu recebo, outro dia recebi o telefonema de uma diretora de Itaquera desesperada, porque acabou de receber um síndrome de down e ele tava tocando o terror dentro da escola e o que ela fazia com ele, aí eu tentei por telefone dar algumas diretrizes pra ela, algumas coisas, pedi se a mãe pudesse trazê-lo aqui, para que a gente possa fazer uma avaliação com ele, não que ele vá ficar aqui, mas a gente faz a avaliação pedagógica, pra dar um norte pra essa diretora, pra ela saber se colocar ele no primeiro, no segundo, no terceiro ou mandar ele embora, então tentar fazer isso de alguma forma, só que a família num... é uma família de baixa renda não quis trazer, mas a gente tenta fazer sempre essas, mas a saúde nos procurar ainda não... nós procuramos a gente aciona, ultimamente a gente acionando a parte legal, a gente tá tentando mostrar para os procuradores que eles têm direito ao atendimento, a gente tem alunos que vem lá do final de Santo Amaro, quase caindo do mapa né, e a mãe levanta 4 horas da manhã pega não sei quantas conduções, tem que ficar aqui o dia inteiro, no período que ele está

aqui, a gente está acionando a justiça agora. As vezes temos palestras em postos de saúde, mas nunca fomos acionados.

38. Quantos projetos desta natureza já desenvolveu/promoveu?

Não foi acionada.

39. Qual (quais) destes projetos considera mais emblemático? Por quê?

40. Quais os principais resultados desta experiência?

41. Na sua opinião, quais foram os elementos-chave que propiciaram a implementação da ação?

Que eles enxerguem como é um deficiente realmente, eles realmente entendem o que é deficiência intelectual, essa é a chave principal, o conhecimento é a chave, você conhecendo esse universo, aonde você está querendo implementar aquilo, a coisa não pode ser de cima para baixo, ela tem que ser linear, vamos discutir, falta consulta, vamos entender se eu tirar uma pessoa da escola especial e enfiar ela com 50 alunos em sala, o que vai acrescentar naquela pessoa? Se eu tentar fazer de uma outra forma, a melhor coisa é o conhecimento e ter ouvidos abertos para discussão.

42. Na sua opinião quais seriam (quais foram) os atores-chave para participação neste processo? Por quê?

A sociedade conhecendo como funciona realmente a síndrome de down, vamos ser bem utópicos, deixando o preconceito de lado, eles não são coitadinhos, eles não são anjinhos, eles não são uns docinhos, não tá... ai eles são uns amores, vivem me beijando, cuidado que se eles estão beijando muito, eles estão pensando em outra coisa, num é assim, eles não são anjos, eles são pessoas, são indivíduos, são seres humanos que precisam ser olhados como um todo tá, a sociedade como um todo, os políticos né, olham

pra tudo, as famílias tem que ser bem atendidas, não assistidas, não... é protegidas, elas precisam ser atendidas em algumas necessidades, o atende, algumas coisas que lhe facilite, não que lhe tudo de graça, não precisa ter bolsa deficiência, precisa sim que se tenha uma saúde legal, hospitais que atendem, profissionais que entendem, a gente tem uma aluna que está tentando colocar no CAPS e nem cristo consegue ta, que seja voltado a isso ao conhecimento, que realmente entenda como é um síndrome de down, como é um deficiente físico, um cego, um auditivo sei lá ... Entenda realmente, e ai se faça políticas não pra assinar o nome bonitinho e na hora da propaganda falar olha o que eu fiz, então eu fiz marquinhas na calçada para o cara andar com a bengala porque ele é cego, só que assim tem buraco, tem depressão, as pessoas não respeitam, eles são os primeiros a estacionar nas vagas de deficientes, eu acho que a política é hipócrita, ela ainda não enxergou o ser humano, não digo nem a deficiência, o ser humano, ela faz para aparecer.

43. No geral, quais são os benefícios da implementação da educação inclusiva para cada um dos atores envolvidos (Pcd's, alunos, professores, pais e comunidade)?

Olha o que a gente tem visto muito, eu já fiz alguns projetos com o SENAC e ele participam do jovem aprendiz, agora aprendiz legal, mudou o nome, você percebe, quando você introduz um deficiente, físico, mental, auditivo, visual, as pessoas ficam um pouquinho mais humanas, elas começam a ver a coisas de uma outra forma ta, eles começam a parar de se preocupar com si mesmo, para se preocupar com os outros, isso é em empresa, escola, então quando vocês veem uma inclusão bem sucedida, geralmente tem um grupo de crianças, que meio que ficam blindando aquela pessoa, que ficam protegendo e inserindo ele nas coisas, não chama o fulano, essas políticas, se a educação se ela realmente fosse inclusiva, realmente olhasse a deficiência como ela é, não como eles acham que é, eu acho que a sociedade seria bem melhor, porque o preconceito estaria bem derrubado, porque assim quando você coloca um síndrome de down para trabalhar na empresa, ele é o melhor funcionário da empresa ta, porque? Ele não tem pressa para sair, se você dá a tarefa pra eles, é igual a coisa do capitão nascimento, tarefa dada, tarefa

cumprida, e eu não foi embora antes de fazer, e não adianta você dizer que tenho que ir embora ta, é um dos problemas que a gente tem, gente vocês saem as 6 horas, pode deixar para fazer amanhã, mas eu não terminei, mas amanhã você pode terminar, mas eu quero terminar ta, então ele é um bom funcionário, ele é um funcionário que vai agregar aquele departamento, ele vai transmitir a coisa do como você está?, e quando ele pergunta como você está, ele quer realmente saber como você está, não é o amigo que pergunta como você está e em 5 minutos o cara está lá longe, ele quer ouvir como você está, ele está aberto, e as pessoas começam a perceber isso, qualquer empresa que você converse que tenha um deficiente intelectual ou qualquer deficiência, eles te dizem isso, a empresa, aquele departamento se torna mais humano, as pessoas compram aquela causa.

44. Na sua opinião, este projeto alcançou estes benefícios? Em quais aspectos sim, em quais aspectos não?
45. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para implementação da educação inclusiva prevista em lei?

Nós aqui, material didático nós não temos, um material didático específico para eles, nós não temos, então adotar um livro pra gente é muito difícil, porque esse livro nunca vai estar nos moldes que eles tem, a idade cronológica não bate com a idade mental, então tem um cara de 30 anos que você está tentando alfabetizar e você vai pegar uma cartilha, livrinho de alfabetização, ele vai ficar no “tatibitati”, mas ele já é um homem, ai você vai e pega um EJA, não é o EJA, ai você vai falar de vidas secas pra ele, Severino, viúvo, separado, ele não vive essa realidade, então não existe material didático pra eles, aqui é todo construído, todo ano a gente faz apostila nova, a letra não pode ser letra de imprensa, ela não pode ser letra cursiva, eles não tem o movimento da mão para letra cursiva, é muito difícil, então a gente introduz a letra bastão, caixa alta, então começa daí, não existe material, recursos audiovisuais você tem bastante, tem até um programinha do ministério da educação que não foi lembrar o nome agora, não vou conseguir lembrar, que inclusiva os dois personagens que falam se é certo ou errado

são síndrome de down, um menino e uma menina, é do MEC, para que desse certo na educação, um melhor preparo dos professores ta, eles são uns sobreviventes, não foi acusar nenhum professor do estado, muito pelo contrário, o cara ta lá na maior boa vontade, primeiro ele já lida com uma população de nível sócio econômico baixo, porque quem fica no estado é aquele pessoa que não consegue pagar um colégio participar, geralmente são pessoas que vem de famílias desestruturadas, tudo que é mais chato de você lidar, e aquele professor ali, além de tudo tem que dar matéria, e tem que cuidar de toda essa parte emocional da sala, então teria ser professores bem preparados, psicólogos atuantes, não pra dizer que existe, sim que atuasse realmente, como a gente faz todo semana entra na sala conversa com o grupo, faz reunião com a professora, a gente faz isso aqui, toda semana tem grupo de psicologia na sala, alunos conversam sobre aquilo que eles quiserem, ela detectou um problema, ela chama a família é fala gente melhor fazer terapia, leva em tal lugar ta... professor preparado, material de didático bom, não pra cumprir cotas, nem pegar dinheiro, um psicólogo, um assistente social, é muito importante o assistente social, porque ele vai dar o apoio para essa família ta, então vai ter um trabalho junto com psicólogo, fazendo equipe multidisciplinar ta, se pudesse sendo utópico, se pudesse uma fono ta, uma fono seria muito importante porque a cada dia que passa, a nossa educação está pior, eu falo e escreve, eu escrevo da forma que eu falo, muitas gírias, abreviações, então na hora que a pessoa vai escrever, ele não consegue, nossa língua é muito difícil, é a língua mais difícil do mundo ta, vamos dizer assim, com essas coisas de verbos, concordâncias, é uma língua difícil,

46. Que caminhos são os mais viáveis para implementação da educação inclusiva?

Então a gente teria uma professora bem preparada, uma psicóloga, uma assistente social, uma fono, que variam um trabalho em conjunto, ai eu acho que daria certo a inclusão, esse seria o caminho.

47. Como a experiência de vocês com pessoas com deficiência pode ajudar a implementar a política de educação inclusiva na rede pública de ensino?

Olha nós temos o know-how, sabemos como fazer, se você quer ouvir, eu te passo como faço, nós temos a Mara Gabrielli que temos contato direto com ela, nós temos o Floriano Pesaro que agora é secretário de alguma coisa da assistência social, nós temos uma aluna que trabalha com ele, que nos escutam né nos ouvem realmente não é pra fazer, não é pra ganhar votos, na época da eleição você vê todo mundo levantando a bandeira, só que você vai bater na porta pra conseguir alguma coisa a bandeira uhuu fechou, num ta mais a minha cota já deu né, então assim a gente tem o nosso know-how que construímos em 25 anos, eu tenho 30 anos de educação especial, então assim consigo fazer alguma, se eles tentassem nos ouvir né tentassem nos entender realmente, eu acho que daria pra gente fazer um trabalho muito bom, sem preconceito, sem essa coisa de achar que nós estamos segregando o aluno, nós não estamos segregando ninguém, muito pelo contrário a nossa meta é inseri-lo na sociedade da melhor maneira possível, de uma forma mais correta.

48. Gostaria de mencionar alguma consideração que não lhe foi perguntada anteriormente?

Acho que já falei feito uma matraca, uma papagaia, acho que não tem mais, acho que assim recebendo pessoas aqui, qual é o nosso interesse em receber vocês, eu tenho que parar tudo que estou fazendo para receber vocês, mas eu tenho certeza que vocês vão levar alguma coisa, uma visão diferente, uma mudança de opinião e vocês são formadores de opinião também, então a partir do momento que vocês começam a ver a coisa diferente o entorno de vocês também vai mudar, mudando esse entorno é trabalho de formiguinha, sabe de pouquinho em pouquinho a gente consegue mudar algumas coisas, então é muito bom receber gente, é muito bom falar e trocar experiências.

## APÊNDICE D – Entrevista participante 3

Nome da instituição: AHIMSA

Missão da OSC: Favorecer e qualificar o desenvolvimento das pessoas com surdo cegueira e com deficiência múltipla sensorial, promovendo a inclusão social.

Tempo de existência: Desde de 04 de março de 1991, então já são 24 anos.

Foco de Atuação: A AHIMSA foi criada por um grupo de 26 profissionais que atuavam há mais de dez anos com pessoas surdo cegas e deficientes múltiplos em outro município. Visando expandir e implementar esse trabalho no município de São Paulo. A instituição, que foi fundada em 04 de março de 1991, iniciou o seu atendimento apenas com trabalho domiciliar e, mais tarde, complementou com atendimento educacional na escola.

Quem respondeu a pesquisa: Vula – Coordenadora pedagógica.

Perguntas:

49. Desde quando esta OSC atua com educação?

Desde 1991, com educação especial.

50. De que modo a educação inclusiva descrita na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Especial (LDBEN/96) foi incorporada nas ações e projetos desenvolvidos pela OSC?

Todo o nosso trabalho, de verdade, a gente gostaria que todos os nossos alunos estivessem em escolas regulares, então nós temos 3 modalidades de atendimento, então eu continuo com uma modalidade que seria a escola especial, então os alunos frequentem a AHIMSA enquanto escola eu tenho a maioria dos meus alunos nessa situação, infelizmente eu gostaria que fosse ao contrário, eu tenho mais duas modalidades, uma é o AEE que aqui funciona como CAEE que é centro de atendimento educacional especializado onde a criança vai para escola regular e no contra turno vem para AHIMSA realizar o AEE, ai a criança vem uma vez na semana duas no máximo é geralmente por um período de 2 horas, 3 ou 4 horas dependendo da necessidade de cada uma e outra modalidade de atendimento é o AEC

atividade de enriquecimento curricular, o que é o enriquecimento curricular a criança está na escola ou o jovem e aí tudo que não é contemplado no currículo escolar a gente tem atividades diferenciadas que em geral se resumem a oficinas que podem ser para gente ver os talentos das crianças, dos jovens é questão de artesanato, uma jardinagem, uma culinária experimental né, até assim trabalhos mais vocacionais, profissionalizantes, então nós temos uma padaria aqui onde eles vão aprender a ser auxiliar de padeiro confeitiro, tem a parte da papelaria, do mosaico, então tem várias oficinas, é também a gente muito as atividades do AEC como atividades de vida autônoma, que é pra pessoa ter independência no seu auto cuidado, entender a relação do dinheiro também faz parte, pode fazer uma compra, então sair na comunidade fazer alguma coisa externa é toda a parte de cultura, lazer a gente também tenta incorporar, então o AEC está mais voltado para um programa sócio educacional, não só do educacional i sem perder o foco da comunicação né, todo o nosso trabalho envolve a questão da comunicação, porque nossos alunos, são alunos que não desenvolveram uma linguagem, então eles se comunicam assim por expressões, por comportamentos, é gestos as vezes muito caseiros, que só a mãe ou pai entendi em casa, então nosso trabalho é para formalizar um pouco essa comunicação dessas crianças, então de verdade é ... quando o nosso movimento em relação a inclusão é justamente esse dar um orientação na escola a gente está aberto, nós recebemos muitas pessoas, as vezes eles tem na escola alunos com deficiência, aí pedi para vir fazer um estágio aqui é aberto é gratuito, a gente faz essa supervisão desse estágio, a gente vai até as escolas e faz orientação também ali no que a gente puder contribuir ... é hoje por exemplo a tarde foi dar uma formação no CEFAL, num sei se você conhece o CEFAL, que são os centros da prefeitura que são de apoio a inclusão e formação continuada, então eles as vezes chamam, terceirizam ... chamam a gente pra dar alguma palestra formação, algum curso falando especificamente da deficiência múltipla e da surdo cegueira.

51. Na sua opinião, o que diferencia um projeto pedagógico de um projeto pedagógico considerado inclusivo?

Qual o projeto político pedagógico você diz das escolas?

Isso, o que é normal e aquele que tem uma visão mais inclusiva.

Na verdade num tem um normal e um inclusivo, independente deveria ter um único...você tem que ter contemplado no seu projeto que se por acaso tiver crianças ou alunos com deficiência ou enfim... que tenha que ter ali todos os tramites né, os recursos que vão ser necessários, como vai ser o atendimento se vai ter orientação a família, se vão ter alinhamentos tudo isso tem que dá contemplado no projeto pedagógico de todas as escolas desde saiu a lei da inclusão, pelo menos eu entendo dessa forma.

Você vê que isso acontece?

Não ... mas assim tem muitas escolas que assim a gente não pode generalizar, tem escolas que tem trabalhos muito bonitos, que realmente se preocuparam, se modificaram porque a questão da inclusão as vezes ela fica maquiada, porque a pessoa fala que tem o atendimento, porque tem uma sala de recursos multiprofissional e na verdade acaba funcionando como se fosse sala especial de antigamente na época da integração e não está tendo realmente o que é conceito de inclusão que vem trabalhando desde ali... principalmente com a convenção dos direitos da pessoa com deficiência.

52. Desde quando esta OSC atua em projetos de educação para pessoas com deficiência?

Acho que assim começou a aumentar tudo depois de 1997, ai culminou 2006, 2005 2006 mais ou menos a gente conseguiu fazer um projeto, uma parceria junto com ministério da educação, onde a gente começou a fazer a formação em todas as regiões do Brasil, então nós fomos nas 5 regiões do Brasil para fazer formação, e foi onde a gente acha que teve essa maior adesão.

53. Esta organização atua ou já atuou assessorando alguma escola pública na

implementação da educação inclusiva prevista em lei?

Da política em si não ... Aqui da Ahimsa a gente trabalha mais voltado aos municípios, ao trabalho então com as secretárias de estado mesmo, não diretamente com a escola, o que a gente oferece de orientação na escola, a gente vê que dependendo da escola da atitude de diretora, coordenadora tem na escola, que valores ela prega, a gente vê que tem mudanças, mas o trabalho é mais global, a gente gostaria de atingir mais públicos do que de escola em escola.

54. Quantos projetos desta natureza já desenvolveu/promoveu?

Meu Deus eu não sei nem contar, é pelo Brasil todo, como o trabalho com deficiência múltipla sensorial e com surdo cegueira é muito... num tem trabalho difundido, então nós somos muito procurados, então a gente... principalmente nossa diretora ela trabalha em vários outros estados, outros municípios é ... vou dar um exemplo de São Paulo, a dois anos atrás foi feito 11 seminários em 11 cidades polos do Estado de São Paulo, cada seminário como era uma cidade polo, recebia ali num sei quantos outros municípios pra participar desse seminário, e ai foi um ano inteiro para conseguir das conta desse 11 seminários e ao final no ano passado isso culminou numa nova política pública que saiu uma resolução que eu esqueci o número da resolução, posso te passar depois do Estado que no artigo 10 está contemplado o direito que a pessoa surdo cega tem ao guia interprete dentro da sala de aula.... Mas foi assim uma ação bem grande, então por isso que eu falo que as nossas ações bem globais que realmente é para visar que se tenham políticas públicas e um trabalho em junto com a associação das famílias e com a associação das pessoas com surdo cegueira.

55. Qual (quais) destes projetos considera mais emblemático? Por quê?

O que você diz como emblemático?

O que você percebe que é mais dificulta digamos assim para tentar implementar essa política e o porquê?

As vezes as pessoas esbarram na própria lei, elas ficam presas naquelas

palavras que a lei preconiza e não conseguem entender depois o individual, porque a lei é feita pro geral, pra garantir o direito a todos, mas como as pessoas com deficiência tem individualidades específicas é as vezes não se vê a pessoa e fica presa a isso, ai você num consegue ver realmente quais são os apoios necessários, o que essa pessoa precisa, as vezes a questão do contra turno não é a melhor opção para aquela criança, e a gente esbarra em alguns tramites assim.

56. Quais os principais resultados desta experiência?

É como eu falei a gente já conseguiu várias coisas, em relação tanto do município e agora do Estado, garantindo o direito da pessoa surdo cega para que na escola ou na universidade enfim, ela tem direito a essa guia interprete, pra ter acesso a informação, inclusive também, onde tem eventos oficiais, então no conselho da pessoa com deficiência, palestras ou se tem algum questão assim, eles sabem que tem um surdo cego no público eles são obrigados a ter um guia interprete para fazer a interpretação do evento.

57. Na sua opinião, quais foram os elementos-chave que propiciaram a implementação da ação?

Eu acho que a maior questão é a atitude, acho que a barreira atitudinal é uma das mais importantes pra gente vencer, são questão de valores e a pessoa tem que se modificar para ela entender que o outro também é igual, tem os mesmos direitos e os mesmos direitos significa que precisa ter alguma modificação e tudo que leva a uma modificação a gente tem uma resistência, então eu acho que é um dos entraves mais fortes.

58. Na sua opinião quais seriam (quais foram) os atores-chave para participação neste processo? Por quê?

Olha eu acho que... Na escola você diz? Eu acho que se a administração da escola for aberta, tiver uma coordenação é ... onde a equipe toda funcione, e não seja só aquela coisa de ordem de cima para baixo, e que o professor que vai receber lá na sala de aula, ele sinta que tem o apoio do seus chefes

vamos dizer assim, é diferente do que você passar a responsabilidade para o professor e ele ter que virar, então esse apoio às vezes é muito mais emocional do que de recursos e pra pessoa sentir que ela não está recebendo ela, mas que a escola está recebendo o aluno e que a escola está se preparando pra isso.

59. No geral, quais são os benefícios da implementação da educação inclusiva para cada um dos atores envolvidos (Pcd's, alunos, professores, pais e comunidade)?

Os benefícios são a nossa humanidade, a gente respeito um ao outro, é ... eu acho que ajuda muito na questão dos preconceitos não só pra pessoas com deficiência, mas os preconceitos no geral que a gente tem, você for pensar no racismo, em questões quando tem uma pessoa que é estrangeira, que você fala "ai ele vem da Bolívia", e ai você sempre acha que o outro tem menos direitos do que você, porque ele não é igual a você e na verdade, todos somos iguais, eu acho que quando veio a questão da convenção dos direitos da pessoa com deficiência, ela está ensinando pra sociedade que não é só a deficiência mas são todos se a gente pensar na diversidade humana, que isso que é o bonito né, é a gente tem que respeitar um ao outro, a gente aprende o que é ser humano, com mais tolerância, até aquelas intolerâncias religiosas que a gente vê, então eu acho que os benefícios deveriam ser mútuos a todos, a convivência em paz com todo mundo.

60. Na sua opinião, este projeto alcançou estes benefícios? Em quais aspectos sim, em quais aspectos não?

Varia de caso a caso que eu percebo... a gente as vezes a gente trabalha com uma equipe ai tudo caminha bem, a família fica feliz, o aluno fica diferente, a gente percebe que vai ter uma qualidade melhor, é ... mas por exemplo não só a questão da educação está muito ligado a saúde e a assistência social e como essas três pastas não se conversam muito, então eu acho que as vezes esbarra nisso, porque muitas pessoas com deficiência tem problemas de saúde, então tem muita cirurgia, muita hospitalização né, muita terapia que eles tem que frequentar e então assim são coisas que elas precisariam ter, nem sempre tem e acaba sobrecarregando a educação que a

gente tem que suprir as vezes questões que não seria o cerne do nosso trabalho. Não foi isso que você me perguntou né?

É eu perguntei os benefícios que a gente já alcançou?

Que a gente já alcançou é .... As crianças estão matriculadas nas escolas, elas já não estão só em casa ou institucionalizadas, elas já estão ai, e já estão crescendo né, você trabalha com inclusão no mercado de trabalho e muitas também já estão conseguindo ter acesso a universidade que também é muito importante a pessoa ter a oportunidade dessa formação superior.

61. Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para implementação da educação inclusiva prevista em lei?

Invertemos você falou acima.

É

62. Que caminhos são os mais viáveis para implementação da educação inclusiva?

Difícil... uma coisa que costumo discutir é que ... a lei ela é feita pensando em uma questão coletiva, e o individual pode se apropriar dessa lei para conseguir o benefício, então é onde a gente vê a questão das políticas públicas né, quanto a gente fala de educação ela é um direito social, então ela entra nessa categoria, é uma das coisas e que as pessoas não tem conhecimento que nem eu estava conversando com uma família ali embaixo, ela falou para mim que o filho dele faz 3 meses que não consegue frequentar a escola porque logo nas primeiras vezes que ele foi pra essa escola que é uma escola nova, porque ele mudou da prefeitura para o estado, então pessoas que ele não conhece, que não tinha vínculo e parece que ele foi um pouco, as crianças não receberam ele de uma maneira muito legal até porque são mais velhos é diferente de uma educação infantil que as crianças as vezes nem percebem e trata todo mundo igual, mas conforme elas vão crescendo, então já no quinto ou sexto ano ai já começa as crianças a ser um pouco maldosas, tirar um sarro, mas uma tira sarro da outra normalmente né, ai como ele ficou meio receoso, ai ele fica chorando, ele não quer ir ou

quando a mãe deixa lá a escola liga pro fala que não para de chorar, ela tem que ir lá busca- ló, e ela fala “ então não consigo leva ele a 3 meses, ele está sem escola, então ele só vem aqui pro atendimento que vocês fazem uma vez na semana”, então eu estava tentando falar pra ela, é um direito, está na lei, ele tem que ter, provavelmente o projeto político pedagógico não contempla nada sobre deficiência, porque ele é o único na escola que é especial, então num tem outro especial, ele é o primeiro, então se não tiver esse primeiro a escola não se modifica, ai ele num consegue uma pessoa para ficar como referência, um cuidador, uma pessoa que ajude, porque no estado não está especificado, por exemplo, na prefeitura tem o agente de vida escolar, mas do estado não tem, mas ela pode correr atrás disso, ela pode exigir que isso aconteça, então um dos entraves maiores é esse, num se tem a divulgação de quais os direitos da pessoa, é ...assim para seja efetivo a gente tinha que ter uma campanha, uma disseminação, um esclarecimento maior, porque a própria escola deveria esclareça os pais sobre o que...

Mas ela em muitos momentos não sabe...

Não sabe, fica com receio, a única coisa que ela quer é tirar ele de lá, à vez de exigir que isso aconteça né, que o filho dela é um aluno daquela escola, ela fica assim me ajuda pelo amor de Deus, eu quero tirar ele de lá, então isso é um dos maiores... então os caminhos viáveis é uma campanha, não sei como se diz.

63. Como a experiência de vocês com pessoas com deficiência pode ajudar a implementar a política de educação inclusiva na rede pública de ensino?

É com que a gente já faz, procura dar orientação, procura dar capacitações, a gente faz estágios, a gente tenta trabalhar é ... de maneira que a gente chama de colaborativa, então alunos que estão aqui e também na rede a gente chama a escola, a gente faz reunião, então tivemos recentemente duas reuniões que acontecem e veio a professora do aluno, a cuidadora, a estagiaria que fica com ele, o diretor da escola veio e a coordenadora, então assim você vê que realmente tem um empenho que aquela escola tem e quer que aconteça, mas eu tenho outros alunos que faz 2 anos que estou tentando

contato com a escola e eu não consigo, então eu acabo fazendo trabalhos paralelos, eu não sei qual a necessidade que tem para essa aluno na escola e a gente fica intermediando com a família, mas nem sempre a família também sabe o que acontece na escola, então as vezes eu trabalho muito mais as prioridades da família aqui, do que realmente o trabalho que seria para ajudar na inclusão.

Eu lembro que no começo da nossa conversa você falou que gostaria que todos os seus alunos estivessem em escola regular, o que você vê que acaba impedindo a inserção deles na escola regular?

É falta ... eu não vou dizer que falta de preparo, de formação, eu acho isso uma desculpa, a pessoa usa isso como desculpa, eu não estou preparado para atender essa demanda, já fiz tudo que eu sabia e ele não dá resposta, para essa pessoa ainda não está claro o que é receber a criança com deficiência, porque sempre se espera que ele vai ter que ser alfabetizada, e se ela não seja ao caminho para ter uma vida acadêmica, então a pessoa na escola desiste e manda pra escola especial, é por isso que a gente ainda está funcionando como escola especial, não seria nosso foco né, a gente que ta realmente fazendo essa modificação pra da atendendo muito mais as orientações da inclusão.

64. Gostaria de mencionar alguma consideração que não lhe foi perguntada anteriormente?

Não acho que as suas perguntas foram bem pertinentes, bem completa.